

## Movimentos demandam mais proteção social para as mulheres

Intensificam-se as ações feministas e de movimentos de mulheres frente à pauta da reforma da Previdência, sempre na tentativa de alargar a estreita agenda da reforma até aqui. Em foco esta semana o valor social do trabalho doméstico realizado pelas mulheres.

O CFEMEA deu início ao debate para reverter os prejuízos que a reforma aprovada na Câmara Federal traz para as mulheres funcionárias públicas: o cálculo da aposentadoria retirará, na prática, a diferença de cinco anos para a aposentadoria das mulheres, hoje existente. Ou seja, anula-se o mecanismo de compensação da dupla jornada de trabalho para as funcionárias públicas brasileiras. O CFEMEA já realizou visitas a todas/os as/os senadoras/es. Agora, a estratégia é avançar nesta pressão política junto ao senado. Neste sentido, a AMB estará mobilizando assinaturas e articulando parcerias e alianças.

No âmbito da Câmara Federal, o mandato parlamentar de Lucy Choinaicki organiza, no dia de hoje, mobilização e audiência em defesa do projeto de aposentadoria da dona de casa. A proposta foca a aposentadoria por idade, independente de contribuição. Para Lúcia Xavier, da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, o projeto atenderá especialmente à grande quantidade de mulheres negras, chefes de família, que não têm condições de participar do sistema contributivo.

No diálogo recente com organizações feministas Lucy assume o desafio de alargar a abrangência de sua proposta para incluir outros mecanismos de proteção do trabalho doméstico, entre os vários que foram elaborados no seminário nacional promovido pelo CFEMEA e várias redes feministas. Trata-se de uma iniciativa importante para o reconhecimento do valor do trabalho doméstico.

Paralelamente, a AMB mantém sob monitoramento o grupo interministerial coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que avança na elaboração de propostas infra-constitucionais que alarguem a reforma da Previdência para as/os 120 milhões de excluídas/os, em sua maioria mulheres e suas famílias, que trabalham no setor informal da economia. Expira-se em 5 de outubro o prazo para apresentação dos resultados do grupo. Da parte da AMB, é grande a expectativa para que uma nova audiência pública seja organizada. Em carta à SPM, a AMB enviou documento com as propostas das mulheres, assinadas por diversas redes e articulações nacionais (AE nº 42), e se dispôs a manter interlocução permanente.

**Diálogos Feministas** - Neste sábado, 22, a organização CRIOLA promove Diálogos sobre o Feminismo, com o tema "Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: quando o racismo, a homofobia e o sexismo ameaçam a liberdade". Participam como debatedoras: Rosângela Castro, da Organização Felipa de Sousa, Claudia Bonan, da Rede Feminista de Saúde -RJ e Cláudio Nascimento, do Grupo Arco Íris. Informações: (21) 2518 6194 / criola@alternex.com.br.

## Ainda resta legitimidade à OMC?

Na opinião de Fátima Mello (Fase/Rebrip), a OMC e a promessa de que a liberalização do comércio traria desenvolvimento e superação da pobreza perderam legitimidade após a V Reunião Ministerial, em Cancún. Para Fátima, ficou claro que defensores dessa liberação não a aplicam em seus próprios países. Além disso, Cancún deixa um saldo de fracasso da OMC como organismo multilateral, pela falta de regras compartilhadas entre os países membros.

Um segundo destaque de Fátima é para a presença das organizações sociais na delegação oficial do Brasil, fato inédito em reuniões da OMC. Para ela, isso refletiu a interação e a abertura ao diálogo por parte do governo brasileiro. Fátima também considera a importância do Brasil no G21, grupo que conseguiu alterar a dinâmica dentro da OMC, mas questiona a agenda brasileira na reunião. Segundo ela, o Brasil priorizou o agronegócio e a busca pelo aumento das exportações do setor agrícola, deixando claro um pilar importante da atual política econômica do governo Lula. Ainda que sejam incontáveis os prejuízos causados nas economias dos países, pelos altos subsídios do governo americano aos seus grandes produtores, a proposta brasileira também deveria demonstrar que a liberação total do comércio não serve à sua economia, nem interessa à sociedade brasileira. Para Fátima, o governo não pode, por exemplo, deixar mulheres e homens da agricultura familiar expostos/os às ações das transnacionais do setor agrícola.

Por outro lado, Fátima Mello destaca e valoriza a posição do governo brasileiro, que fez a opção política de ficar ao lado dos países que se retiraram das negociações onde era reforçada a inclusão dos novos temas. De fato, o setor de serviços, as compras governamentais e as políticas de investimento são instrumentos de política de desenvolvimento, dão impulso a políticas públicas. Portanto, não podem ficar à mercê dos interesses das corporações, a partir de regras legitimadas na OMC, conclui Fátima.

Leia mais sobre a V Ministerial da OMC na seção CONtextos.

## Monitoramento da Violência

Inaugurando uma nova experiência metodológica de monitoramento da cidadania das mulheres, três fóruns de mulheres ligados à AMB organizaram atividades nos Estados de Roraima, Rondônia e Piauí.

Em Roraima, foi realizado dias 30 e 31 de agosto, o I Encontro de Monitoramento da Violência contra a Mulher, com apresentação de depoimentos de mulheres e palestras de representantes do Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Justiça, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Delegacia da Mulher, Casa Abrigo e Funai. Além das falas de representantes de órgãos ligados ao Estado, o Encontro também contou com uma mesa formada por representantes de Igrejas. A promoção do Seminário foi do Núcleo de Mulheres de Roraima, Organização de Mulheres Indígenas de Roraima, Associação de Mulheres Ação e Resistência e da AMB, com apoio do Sindicato dos Bancários e da Universidade Federal de Roraima.

Em Rondônia, os Fóruns Popular de Mulheres e de Mulheres Negras organizaram, dia 10, juntamente com mais seis entidades, o Seminário Estadual "A vitrine da violência no cotidiano feminino em Rondônia – trama, tragédia e ousadia". A idéia das mulheres foi a de ampliar e qualificar o debate, construindo subsídios e estratégias que promovam a consciência social sobre o problema, a partir da defesa dos direitos humanos das mulheres. Os painéis do seminário trataram de classe, raça, etnia e violência, incluindo exposição de experiências e debate sobre políticas públicas, bem como o pensamento feminista frente ao problema. Além do Fórum Popular Mulheres, promoveram o evento: CEAP (Centro de Educação e Assessoria Popular), CUT, CIMI, Federação Rondoniense de Mulheres, Comissão de Justiça e Paz e Central de Movimentos Populares.

Em Teresina, O Fórum Estadual de Mulheres Piauienses realizou o I Monitoramento sobre Violência contra a Mulher, dia 12, dentro de uma programação que incluiu mesas de debate sobre mecanismos institucionais de segurança e proteção à mulher vítima de violência; e também tratou da construção de conhecimento sobre essa violência, bem como sobre as ações do Judiciário e das organizações de mulheres. No evento, foi feita uma apresentação dos desafios apontados pela Plataforma Feminista neste campo, além de lançamento da Revista Bocas no Mundo, da AMB. Presente no Monitoramento, o Secretário de Saúde do Estado se comprometeu a realizar reunião com o movimento de mulheres para debater proposições e viabilizar a implementação de casa-abrigo, além da criação de um complexo de segurança voltado para a prevenção da violência de gênero e atendimento das mulheres.

## Campanha 28 de setembro

Em São Paulo, organizações do movimento de mulheres estão articuladas para uma manifestação no próximo dia 26. Participarão do ato: Articulação de Mulheres Brasileiras/SP, Articulação de ONGs de Mulheres Negras, Católicas pelo Direito de Decidir, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil), ECOS, Instituto Patrícia Galvão, Rede Feminista de Saúde/SP e União Brasileira de Mulheres. A manifestação será realizada nas escadarias do prédio da Gazeta, na Avenida Paulista, por onde circulam muitas pessoas. Próximo ao local, será veiculado em painel eletrônico a mensagem da Campanha, que também estará em banners-pirulitos, balões e cartões postais. Este ano, o lema é: "Aborto não deve ser crime - nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar".

**Vídeo** - Dentro das atividades da Campanha, a Rede Feminista de Saúde e o Fórum de Mulheres de Pernambuco produziram o vídeo NÃO PODE SER PRISÃO, que visa sensibilizar para o direito ao aborto, no contexto dos direitos humanos. O vídeo foi realizado pelo grupo de teatro Loucas de Pedra Lilás, Instituto PAPAI, Sinos e Maga, com apoio da Fundação Ford. Informações: [loucas@elogica.com.br](mailto:loucas@elogica.com.br); [papai@papai.org.br](mailto:papai@papai.org.br) e [cunha.cf@uol.com.br](mailto:cunha.cf@uol.com.br).

## Mulheres: encarando os desafios do HIV/AIDS

Ativistas do movimento de luta contra a AIDS do Brasil e de mais 188 países estarão em Nova York, a partir do próximo dia 21, para a reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas que tratará do monitoramento da Declaração de Compromisso da ONU para AIDS (UNGASS/AIDS). Participa da delegação oficial brasileira a feminista Katia Guimarães, como representante do movimento de mulheres indicada pelos Fóruns AIDS, no Brasil. Katia também estará na mesa-redonda *Mulheres: encarando os desafios do HIV/AIDS*, onde falará sobre "Violência contra a mulher e AIDS". A mesa será promovida por UNIFEM e UNFPA (organismos do sistema ONU), e contará com mulheres da Índia e da Suíça, além de representação do governo moçambicano.

## CONtextos - Nesta edição, destacamos a Declaração

Política do Fórum Internacional – Os Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, evento realizado dias 8 e 9 de setembro, abrindo o Fórum dos Povos. Participaram cerca de 300 mulheres, de 40 países. Graciela Rodrigues (Equit / AMB-RJ / REBRIP) ressalta, no documento, a crítica severa às propostas defendidas por EUA e União Européia na OMC. No texto, as mulheres conclamam os governos dos países a não firmarem acordos que levem à privatização dos serviços públicos nos países pobres ou em desenvolvimento. Na continuidade do confronto travado na OMC, está a reunião ministerial da ALCA, em novembro, onde os EUA devem comparecer com uma agenda pesada, para forçar os acordos não obtidos em Cancún, adiantou Graciela.

Também divulgamos neste AE o Dossiê "Assimetrias Raciais: alerta para elaboração de políticas", da Rede Feminista de Saúde, lançado hoje (16), em Brasília. Mais informações: [redifax@uol.com.br](mailto:redifax@uol.com.br).